

SUICÍDIO. UMA DISCUSSÃO URGENTE! ALGUNS APORTES A PARTIR DAS ÉTICAS ESTOICA E KANTIANA*

SUICIDE. AN URGENT DISCUSSION! SOME CONTRIBUTIONS FROM STOIC AND KANTIAN ETHICS

Paulo César Nodari**
Cacilda Jandira Corrêa Mezzomo***

RESUMO

Com o auxílio de pesquisas, constata-se o crescimento do número de suicídios, ou então, tentativas de suicídio, tanto no Brasil, como também no mundo. Diante dessa constatação, busca-se refletir sobre o tema do suicídio à luz de duas visões e concepções distintas. Trata-se, pois, de trazer à tona a reflexão e as razões do suicídio, de acordo, por um lado, com a visão estoica, especialmente, da concepção senequiana do suicídio, argumentado que este é moralmente aprovado, porque tal atitude significaria, em última análise, domínio sobre si mesmo e atitude livre e autônoma, enquanto, por outro lado, para a concepção kantiana é moralmente reprovado, justamente porque significaria não assumir a dignidade enquanto humanidade que há em si como racional, e, enquanto tal, *fim em si mesma*. Por fim, apresenta-se uma admoestação à sociedade, para que esse tema não seja negligenciado ou camuflado, mas, pelo contrário, seja assumido como assunto reflexivo de importância, abrangência e cuidado de toda a humanidade, superando, por conseguinte, as visões fundamentalistas, maniqueístas, moralistas de haver os vitoriosos e os vencidos nesse debate e enfrentamento, exatamente porque o interesse precisa, simultaneamente, estender-se e abranger a todos e a cada um em particular.

PALAVRAS-CHAVE: suicídio; Sêneca; Kant; razão; domínio de si; humanidade.

ABSTRACT

With the help of research data, it appears that there is an increase in the number of suicides, or suicide attempts, both in Brazil and around the world. Given this finding, we seek to reflect on the topic of suicide, in the light of two distinct views and conceptions regarding the present research. It is, therefore, about bringing to light the reflection and reasons for suicide, in accordance, on the one hand, with the Stoic vision, especially the senequian conception of suicide, arguing that it is morally approved, because such an attitude would mean, ultimately, mastery over oneself and a free and autonomous attitude, while, on the other hand, for the Kantian conception it is morally disapproved, precisely because it would mean not assuming the dignity as humanity that exists within oneself as rational, and, as such an end in itself. Finally, an admonition is presented to society, so that this topic is not neglected or camouflaged, but, on the contrary, is assumed as a reflective subject of importance, scope and care for all humanity, therefore overcoming the fundamentalist, Manichaeic, moralist views of there being victors and losers in this debate and confrontation, precisely because the interest needs, simultaneously, to extend and encompass everyone and each person in particular.

KEYWORDS: suicide; Seneca; Kant; reason; self-control; humanity.

* Artigo recebido em 11/06/2024 e aprovado para publicação em 02/07/2024.

** Doutor em Filosofia pela PUCRS e pós-doutor em Filosofia pela Universität Bonn. Mestre em Filosofia pela UFMG. Professor da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: paulocesarnodari@hotmail.com.

*** Doutora e mestra em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (RS); graduada em filosofia pela mesma Universidade. E-mail: cacildamezzomo@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2024, quando se celebra 300 anos do nascimento de Immanuel Kant (1724-1804), não surpreende que suas obras sejam cada vez mais revisitadas e os mais diversos temas filosóficos sejam retomados e rediscutidos. Fato é que o pensamento kantiano permanece mais vivo do que nunca, inspirando, norteando e fundamentando as grandes e complexas discussões. Quando se pensa em Kant, compreende-se que uma das características que o ilustre pensador alemão apresenta, ao lado de sua busca constante por coerência lógica em seu pensamento, é sua não obviedade, de modo que se é cada vez mais instigado a adentrar os sinuosos átrios do seu pensamento e de suas reflexões.

Busca-se trazer à tona algumas ideias acerca da concepção acerca do suicídio em Kant. Mas, afinal, qual é a concepção kantiana acerca do suicídio? Qual é a implicação moral a respeito do suicídio? Há possibilidades de uma recepção ou afirmativa ou negativa para o suicídio na ética kantiana? Sabendo-se ser possível encontrar no filósofo de Königsberg algumas contribuições críticas do pensamento estoico para o desenvolvimento de alguns dos importantes conceitos de sua filosofia moral, tais como o suicídio, por exemplo, a pergunta que instiga esta reflexão pode ser postada da seguinte maneira: pode-se pensar em um possível diálogo entre a ética kantiana e a ética estoica no que se refere ao tema do suicídio?

Entre outras, essas são algumas das perguntas que podem ser postas para um questionamento inicial e direcionador. Pretende-se, pois, tratar no presente artigo o tema do suicídio, especialmente a partir da ética estoica e da ética kantiana, ainda que sem a pretensão de esgotar e esmiuçar as teses possíveis de aproximação e ou distanciamento entre ambas as concepções, uma vez que o objetivo principal é apresentar e trazer à tona este tema que, por vezes ou na maioria das vezes, é tratado e assumido como tabu, extrínseco e extemporâneo à realidade hodierna do ser humano enquanto tal, especialmente, dos jovens.

Embora não seja analisada e trabalhada, quer-se apenas trazer alguns dados relevantes a respeito dos números de suicídios, a fim de corroborar a tese de que não se pode mais deixar de refletir, tanto em espaços privados, como também em espaços públicos, a respeito das causas e das razões do recurso ao suicídio que muitos têm adotado e assumido para dar fim e cabo à sua vida. De acordo com o Portal da Câmara Legislativa dos Deputados, em que pese a mobilização de vários setores da sociedade brasileira e mundial na prevenção do suicídio, a pesquisa realizada em 2021 afirma que a cada 45 minutos acontece uma morte por suicídio no Brasil e, para cada morte, tem-se 20 tentativas (Número, 2021). São dados que, de fato, chamam

atenção, no mínimo, a qualquer pessoa, ainda que despretensiosamente, ao deparar-se com os referidos números. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio apresenta-se como uma ocorrência complexa, influenciada por fatores psicológicos, biológicos, sociais e culturais e, não obstante, aponte dados estatísticos flutuantes (Brasil, 2022). Ainda segundo os dados da OMS, mais de 700 mil pessoas cometem suicídio por ano, o que representa, conforme já mencionado, 1 a cada 100 mortes registradas. Em que pese a observação da diminuição das taxas mundiais de suicídio, a OMS destaca que a região das Américas caminha em sentido contrário, apresentando uma elevação de 17%. Verificou-se que entre os jovens de 15 a 29 anos, o suicídio aparece como a quarta causa de morte, atrás apenas de acidentes no trânsito, tuberculose e violência. Segundo o Ministério da Saúde, são registrados em torno de 12 mil suicídios todos os anos no Brasil, tratando-se, pois, de uma triste realidade que atinge a toda população, mas especialmente os jovens daquela faixa etária. Cerca de 96,8% dos casos de suicídio estavam relacionados a transtornos mentais. Em primeiro lugar está a depressão, seguida do transtorno bipolar e do abuso de substâncias. Com esses números, o suicídio encontra-se entre as três principais causas de morte em indivíduos com idade entre 15 e 29 anos no mundo (Brasil, 2022).

Diversos fatores podem ser impeditivos e colaborar para a não detecção precoce e, conseqüentemente, a prevenção do suicídio. Talvez se possa afirmar que o estigma e o tabu relacionados ao tema do suicídio são aspectos importantes. Durante séculos de história, por razões religiosas, morais e culturais, o suicídio foi considerado ou pecado ou então algo a ser totalmente escondido e silenciado. Por essas e outras razões, ainda hoje, tem-se medo, escrúpulo e vergonha de falar abertamente sobre esse importante problema de saúde pública. Não é mais possível escamotear ou “jogar para debaixo do tapete” os números tão evidenciados de suicídios, especialmente entre os jovens. Trata-se de um tabu, arraigado em muitas culturas, por séculos, o qual não desaparecerá sem o esforço de todas as pessoas; isto é, faz-se urgente assumir e tomar a questão a sério para discussão, buscando as causas de índices elevadíssimos de suicídio. Segundo o Ministério da Saúde, tal tabu, assim como a dificuldade em buscar ajuda, a falta de conhecimento e de atenção sobre o assunto por parte dos profissionais de saúde e a ideia errônea de que o comportamento suicida não é um evento frequente, condicionam barreiras para sua prevenção. Em outras palavras, a prevenção do suicídio não se limita à rede de saúde, devendo ir além dela, sendo necessária a existência de medidas em diversos âmbitos na sociedade, que poderão colaborar para a diminuição das taxas de suicídio. A prevenção do suicídio precisa ser também um movimento que leve em consideração os aspectos biológico,

psicológico, político, social e cultural, no qual o indivíduo seja considerado como um todo em sua complexidade (Brasil, 2021).

1 UMA VISÃO ESTOICA DO SUICÍDIO

Os estoicos são conhecidos por adotarem uma filosofia que prima pela importância da razão prática, da *phrónesis* e pela busca e alcance da virtude como vias de acesso para a felicidade e para a tranquilidade interior. Para os estoicos a razão e a virtude estão sob nosso controle, e tudo o que fora de controle estiver deve ser aceito com serenidade. Trata-se de uma espécie de imperturbabilidade do espírito. Isso significa afirmar que alguns aspectos são importantes de serem tomados em consideração, tais como: aceitar o que não pode ser mudado e concentrar-se em controlar nossas reações e emoções em relação aos eventos externos; viver de acordo com a razão, administrando e dominando as emoções e as paixões, para alcançar a felicidade e a virtude; assumir a autodisciplina e o autocontrole para alcançar o equilíbrio, praticando a virtude, buscando ser feliz. “Pois quem é feliz possui um juízo reto; é feliz quem está contente com os seus bens presentes, quaisquer que sejam, coisas materiais ou amigos; é feliz quem confia à razão todas as situações da sua vida” (Sêneca, VI, 2001, p. 16). Afirma ainda o pensador romano sobre a vida feliz:

Portanto, a vida feliz é a que concorda com a sua natureza. Ora, isso não poderá ocorrer se, em primeiro lugar, a mente não for sã e não estiver em perpétua posse da própria saúde e, em seguida, corajosa e enérgica, nobre, paciente e acomodada às várias situações. Ela deverá também cuidar sem ansiedade do corpo e do que se refere a ele, das coisas que adornam a vida, sem se deixar deslumbrar por nenhuma, e estar pronta a utilizar os dons da fortuna, sem ser escrava deles (Sêneca, III, 2001, p. 09).

Sêneca, importante filósofo, escritor e político romano, foi um dos principais, senão o principal representante do estoicismo durante o Império Romano. Conta-se que mesmo diante de toda opressão a que foi submetido e que culminou com sua condenação ao suicídio, Sêneca teria acatado sua sentença com dignidade, não se deixando dominar pelo desespero ou pela ira. Na verdade, Sêneca viveu a filosofia que pregou e que lhe conferia toda a tranquilidade de alma necessária para enfrentar situações extremas e adversas. Mas que filosofia é essa que revela a ausência de temor, quase um desdém da morte? Eis as próprias palavras de Sêneca em *Cartas a Lucílio* a respeito da morte:

O mesmo faz o nosso amigo Basso: aguarda o fim com um ânimo, com um aspecto que, caso aguardasse a morte de outra pessoa, julgaríamos excesso de insensibilidade. É da maior importância, Lucílio, e deve ser aprendida com tempo, a capacidade de morrer com coragem quando chegar a nossa hora inevitável [...] um bom piloto navega mesmo com a vela rasgada e, se os mastros forem derrubados, ainda assim escora os restos do barco até ao fim da viagem (Sêneca, 30, 2004, p. 111-112).

Para um discípulo do estoicismo, os homens devem viver em harmonia com a natureza, o que implica dizer que devem viver em harmonia consigo próprios, com a humanidade e com o universo, com a natureza como um todo. Considerada mais do que um fenômeno natural, a morte para os estoicos é tida como uma garantia de libertação e, nesse sentido, o suicídio pode ser a via da libertação para aquele que perdeu sua autonomia e sua honra. Credo que a natureza sempre aponta para o caminho, Sêneca convida a refletir sobre a morte, a fim de compreender melhor a vida e, mediante esse exercício de reflexão conhecido como *meditatio mortis*, conduzira o conceito de boa morte. Esta é compreendida, segundo Tasca (2015, p. 69), do seguinte modo, na concepção de Sêneca:

A filosofia senequiana possui um caráter terapêutico, parte da razão para educar as emoções. Exige práxis, portanto se constrói ao longo do tempo e convida a fugir das fúteis agitações cotidianas e pensar no essencial, para que não tenhamos medo de nossas memórias quando envelhecemos. As recomendações estoicas são extraídas da própria natureza. É uma filosofia que não aceita um aprisionamento nas palavras, exige prática, pois é na vida prática que se busca a sabedoria. Tais leis da natureza nos levam na direção da justiça e da harmonia, pois nos mantêm no Logos universal. Essa é a resposta estoica para as inquietações da alma humana.

Mas o que seria a boa morte para Sêneca? Importante destacar que a *meditatio mortis* não consiste em um exercício mórbido, mas sim na prática do autoconhecimento e autonomia bem como o controle sobre as paixões, tendo como ênfase preparar o homem para a vida e para a morte. Não basta preparar-se apenas para viver melhor, ocupando-se em ter mais bens e acúmulo de riquezas. “Os homens recebem pensões e aluguéis com muito prazer e concentram neles suas preocupações, esforços e cuidados, mas ninguém dá valor ao tempo; usa-se dele a rédeas soltas, como se nada custasse” (Sêneca, 1993, 2, VIII, p. 36). É um risco ocupar-se para viver melhor, armazenando a vida, gastando-a (Sêneca, 1993, IX, 1, p. 37). É importante ser prudente. Assim sendo, referindo-se à dignidade da vida, ele assevera: “Ora, como tu bem sabes, a vida não é um bem que se deve conservar a todo custo: o que importa não é estar vivo, mas sim viver uma vida digna!” (Sêneca, 70, 4, 2004, p. 264). Sobre a importância da autonomia para pensar e decidir sobre a própria vida Sêneca (70, 11-12, 2004, p. 266) explicita:

Consequentemente, quando um fator externo faz impender sobre nós a morte, não é possível decidir, de uma forma geral, se a atitude correcta consiste em antecipar ou em aguardar essa morte: muitas são as circunstâncias que podem fazer pender para uma ou outra solução. Se, por exemplo, a alternativa for entre uma morte no meio de torturas e uma morte directa e rápida, como não escolher sem hesitação esta última? Se eu escolho o navio em que vou navegar ou a casa em que vou habitar, também, ao deixar esta vida, posso escolher a forma como morrer. Além disso, se a vida não se torna melhor por ser mais longa, a morte, pelo contrário, quanto mais prolongada for, pior. Mais do que em qualquer outra situação, devemos obedecer, na atitude perante a morte, aos ditames da nossa alma. E esta que se envolve com decisão segundo a forma de morte escolhida: quer se eleja o punhal, ou a corda, ou o veneno que se espalha pelas veias, há que ser firme na decisão tomada e romper de uma vez os vínculos de nossa servidão. Todos devemos fazer com que a nossa vida mereça a aprovação dos outros; a nossa morte só de nós depende, a forma de morrer que mais nos apraz, essa será a melhor.

Ao defender a importância da meditação sobre a morte, Sêneca lembra que a vida mortal é transitória e que desde o nascimento caminha-se para a morte; portanto, esta não deveria ser temida nem ser motivo de aflição. Segundo ele, faz-se necessário meditar continuamente sobre questões repetidas constantemente, dentre as quais se encontra também a questão da morte. “Não vais dizer-me que só agora reparaste que és um sujeito à morte, ao exílio ou à dor?” (Sêneca, 24, 2004, p. 91). Critchley destaca que a *meditatio mortis* traz uma interessante perspectiva sobre a morte, pois é na ocorrência do luto que se revela quem realmente se é. Explicita o autor:

Sêneca escreveu: “viverá mal quem não sabe morrer bem”. O importante é estar preparado para a morte, ser corajoso. A morte pode chegar a qualquer momento. Sêneca conclui seu ensaio “Sobre a Tranquilidade da Mente” com histórias de filósofos que permaneceram calmos diante da fortuna. Quando Zenão de Cítio perdeu todos os seus bens num naufrágio, ele disse: “A sorte me oferece um filósofo menos sobrecarregado”, uma observação posteriormente repetida por Spinoza. Quando os filósofos são ameaçados por imperadores ou aspirantes a imperadores, o que deve ser mantido em todos os momentos é a tranquilidade¹ (Critchley, 2009, p. 58-59, tradução nossa).

James Ker (2009) lembra que a forma de morrer pode dizer muito sobre a pessoa e seu contexto. No suicídio romano, por exemplo, optar por um método ou outro é decisivo para entender-se tanto o ato quanto a pessoa. No entanto, observa ele, para Sêneca as formas de suicídio apresentam uma importância secundária, uma vez que todas são vistas como caminhos para a liberdade. De acordo com Ker (2009, p. 267), nos escritos de Sêneca, o método de

¹ Seneca wrote: “He will live badly who does not know how to die well”. The important thing is to be prepared for death, to be courageous. Death might come at any moment. Seneca concludes his essay ‘On Tranquility of Mind’ with stories of philosophers who remained calm in the face of fortune. When Zeno of Citium lost all his possessions in a shipwreck, he said, ‘Fortune bids me a less encumbered philosopher’, a remark later echoed by Spinoza. When philosophers are threatened by emperors or would-be emperors, what must be maintained at all times is tranquility.

suicídio não importa tanto, uma vez que ele tem implicações estilísticas; o que importa mesmo é que todos os métodos de morte apresentam, em última análise, “caminhos para a liberdade”.

Na obra, *Cartas a Lucílio*, Sêneca (12, 10, 2004, p. 36) defende a liberdade de escolha e decisão pelo suicídio sob a alegação de que “é um mal viver na necessidade, mas não há qualquer necessidade de viver na necessidade”. Na verdade, lê-se com muita frequência em Sêneca a ideia de que o suicídio, longe de ser condenado, ele é considerado um ato consciente no processo de libertação. Ele não se opõe ao suicídio; antes, considera-o uma dádiva. Afirma: “Como não seria assim? Em todo o lado estão patentes as vias para a liberdade: muitas, curtas e fáceis. Agradecemos à divindade o fato de ninguém poder ser obrigado a permanecer vivo” (Sêneca, 12, 10, 2004, p. 36). Há que se registrar, não obstante, que o pensamento de Sêneca não representa um desprezo ou desdém ao valor da vida, ao contrário, ele busca fomentar o equilíbrio de espírito para uma vida tranquila. Sêneca apenas se mantém fiel à sua filosofia preconizando a busca e o exercício da ataraxia e o alcance da tranquilidade da alma, o que implica dizer que, para o estoico, nem mesmo a vida é tão importante quanto a conquista da aplicação prática dos princípios acima mencionados. Afirma ele:

Por isso mesmo, o sábio prolongará a sua vida enquanto *dever*, e não enquanto *puder*. Considerará sempre onde deve viver, com que companhias, como deve agir, que acções deve empreender. Deve ter no pensamento a qualidade da vida, não a sua duração. Se se lhe deparam muitas situações graves, muitos obstáculos à sua tranquilidade, o sábio, retirar-se-á! E não o fará apenas como último recurso, mas, assim que a fortuna começar a mostrar-se hostil para com ele, deverá meditar seriamente se não convém pôr de imediato termo à vida. O sábio considera como indiferente se a sua morte é natural ou voluntária, se ocorre mais tarde ou mais cedo; [...] (Sêneca, 70, 4-5, 2004, p. 264).

De acordo com Sêneca, o medo da morte impede de valorizar a vida. “O que tememos não é a morte, mas sim o pensar na morte; dela própria separa-nos sempre uma pequena distância” (Sêneca, 30, 17, 2004, p. 116). Segundo ele, desde o momento do nascimento, caminha-se em direção à morte. Meditar sobre essa tese é imprescindível, para se conseguir ter uma vida serena. Só tem uma morte serena quem tem uma vida serena e tranquila, ou então, só tem uma vida serena e equilibrada quem tem uma compreensão de que ruma-se paulatina e progressivamente para a morte (Sêneca, 4, 5, 2004, p. 08). Em última análise, Sêneca sugere o exercício da *meditatio mortis* como ferramenta de autoconhecimento e de preparo para a morte que, embora seja reconhecidamente um fenômeno natural, assombra e perturba a maioria dos homens.

É que nenhum de nós pensa que, mais dia menos dia, havemos de abandonar esta morada, à maneira dos inquilinos antigos que as facilidades do local e o hábito conservam nas suas casas meio em ruínas. Queres tu ser livre perante o teu próprio corpo? Habita-o com a disposição de quem está pronto à mudança. Mentaliza-te de que, mais tarde ou mais cedo, hás-de prescindir da sua companhia e assim sentir-te-ás mais forte quando fores obrigado a deixá-lo. Como, porém, hão-de comenetrar-se da inevitabilidade do próprio fim entes cujos desejos não conhecem limites? Nenhuma meditação é tão imprescindível como a meditação da morte; entretanto vamo-nos prendendo com assuntos que, afinal, talvez sejam supérfluos (Sêneca, 70, 16-18, 2004, p. 268).

É no desespero humano de manter a vida a qualquer custo que o estoico vê no suicídio, motivado por sérias razões, uma via de libertação, e defende apologeticamente sua tese acerca do suicídio. “Morrer mais cedo, morrer mais tarde – é questão irrelevante; relevante é, sim, saber se se morre com dignidade ou sem ela, pois morrer com dignidade significa escapar ao perigo de viver sem ela!” (Sêneca, 70, 6, 2004, p. 265). Segundo Ullmann (1996, p. 23), a *Carta 70* é toda ela uma apologia ao suicídio. Tem-se uma espécie de carta laudatória do suicídio. Para Sêneca, o suicídio não é fuga do mundo, simplesmente, mas a busca do sentido consequente do viver e do morrer. É a decisão coerente diante das circunstâncias que afligem a tranquilidade da vida de alguém; isto é, trata-se de um caminho de liberdade (Ullmann, 1996, p. 23).

Embora o olhar tenha se voltado muito mais para Sêneca, haja vista ter o senador romano se debruçado com muita profundidade e propriedade sobre o tema do suicídio, pode-se, mesmo assim, afirmar que há uma coerência em toda a ética estoica sobre a busca pela ataraxia e tranquilidade da alma, a interação do homem com a natureza, a vida virtuosa, o papel da razão e da autonomia. Veja-se, por exemplo, brevemente, Epiteto.

Epiteto, em sua obra, *Encheiridion*, aponta como caminho para a felicidade, a vida virtuosa, ao afirmar que “qualquer um que viva de acordo com esses preceitos será genuinamente feliz” (Epiteto, 194, 2012, p. 5). Na mesma obra, o autor ressalta a primazia que o *logos* deve ter na condução e deliberação das decisões, especialmente dos sábios, explicitando que “[...] alguém assim deseja ardentemente que sua alma racional viva como ela é por natureza, governando o corpo e transcendendo-o, usando-o não como uma parte coordenada, mas como um instrumento” (Epiteto, 195, 2012, p. 5). E, por sua vez, na obra, *Meditações*, o imperador romano Marco Aurélio (121-180 d.C.) também reforça a importância da autonomia para que o homem alcance a tranquilidade de espírito. Ele afirma:

E mais ainda, que a divindade que está em você seja a guardiã de um ser vivo, másculo e de idade madura, e engajado na matéria política, e um romano, e um governante,

que tomou seu posto como um homem esperando o sinal que o convoca a se retirar da vida, e pronto para ir não requerendo nem do voto nem do testemunho de qualquer homem. Seja alegre também, e não busque ajuda externa nem a tranquilidade que os outros dão. Então, o dever de um homem é permanecer em pé, não ser mantido em pé pelos outros (Marco Aurélio, III, 5, 2019, p. 28).

Como se pode verificar, há, no pensamento estoico, modo geral, aqui representado por Sêneca, Epiteto e Marco Aurélio, um consenso e uma coerência acerca dos princípios que moldam a filosofia e a ética estoica. Ainda que de modo breve, pode-se constatar que entre os estoicos o suicídio encontra boa e fácil receptividade. Há que se pontuar, no entanto, que não se trata de permissividade leviana ou fomento ao suicídio, mas uma espécie de chancela e compreensão. O suicídio não é, para os estoicos, transgressão ética, ato criminoso, vergonha, ou mesmo pecado ou ato passível de reprovação e penalidade.

Bem, tendo apreciado a concepção estoica sobre o suicídio, é importante considerar, em seguida, a concepção de Immanuel Kant, analisando se há conexões com os estoicos para a construção de sua filosofia moral e se, no que concerne ao suicídio, a concepção kantiana caminha na mesma direção dos estoicos ou não. Em suma, de antemão, pode-se tentar mostrar que, entre as duas filosofias, existem princípios comuns adotados por ambas, tais como: o papel da razão prática, a moralidade universal, a busca pela sabedoria prática, a autossuficiência e a autonomia no processo de deliberação e decisão nas respectivas escolhas. Em que pese ou não a influência estoica no pensamento kantiano acerca da ética, no que concerne ao suicídio, o pensador de Königsberg se opõe diametralmente aos estoicos pelos motivos e razões que a seguir serão expostos.

2 UMA VISÃO KANTIANA DO SUICÍDIO

Alguém, ao debruçar-se nas principais obras kantianas sobre sua filosofia moral, logo de início é tentado a afirmar que Kant apresenta uma posição bastante dogmática acerca do suicídio. Se, de um lado, parece haver a preocupação do filósofo em manter a coerência em sua filosofia moral, de outro lado, pode-se ser levado a pensar que, por conta da forte influência da educação pietista materna, alguns princípios judaico-cristãos estiveram-lhe muito fortemente presentes, influentes, inclusive, em sua concepção acerca do suicídio. A seguir, trata-se de apresentar alguns argumentos kantianos que rechaçam a recepção ao suicídio em sua filosofia moral. Para os argumentos kantianos a serem desenvolvidos a seguir, lança-se mão, sobretudo, da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, cotejando-a, sobremaneira, com a segunda

parte da *Metafísica dos costumes*, a saber, “Doutrina da virtude”, e com a *Crítica da razão prática*.

O propósito da abordagem aqui em questão não é trazer toda a argumentação kantiana a respeito de sua filosofia moral e sim apenas atentar para alguns argumentos importantes para a análise kantiana acerca da proibição moral do suicídio. Imprescindível estar atentos, para fins de compreensão, para o primeiro dos quatro exemplos dados por Kant na análise das formulações do imperativo categórico, na obra, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Recordar-se que, para Kant, a filosofia moral não pode fundamentar-se na experiência, nem ter nos resultados o critério de avaliação moral e tampouco ter a felicidade como princípio supremo da moralidade, mas, outrossim, na razão pura, uma vez que Kant busca, nesta obra de 1785, fundamentar e fixar o princípio supremo da moralidade (Kant, BA XV, 2007, p. 19) que seja válido, necessária e universalmente, para todos os seres racionais. O autêntico princípio supremo da moralidade tem de ser fundado tão-somente na razão pura (Kant, BA 30, 2007, p. 43), uma vez que, para ele, “[...] todos os conceitos morais têm a sua sede e origem completamente *a priori* na razão, e isto tanto na razão humana mais vulgar como na especulativa em mais alta medida [...]” (Kant, BA34, 2007, p. 46).

Na obra de 1785, Kant faz menção breve à distinção entre os deveres para consigo mesmo e os deveres para com os outros, em deveres perfeitos e deveres imperfeitos (Kant, BA 53, 2007, p. 59). Em nota de rodapé, Kant sustenta que há deveres perfeitos exteriores e também interiores e que não permite exceção alguma em favor da inclinação (Kant, BA 53, 2007, p. 59). Feita a observação acerca da divisão, ele traz o exemplo do suicídio, para confirmar e corroborar a fórmula do imperativo categórico: “*Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*” (Kant, BA 52, 2007, p. 59). Decorrente dessa formulação geral e única advém a expressão do imperativo universal do dever: “*Age como se a máxima da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em **lei universal da natureza***” (Kant, BA 52, 2007, p. 59). Da formulação, para análise e compreensão, Kant tece considerações a respeito do suicídio. “Uma pessoa, por uma série de desgraças, chegou ao desespero e sente tédio da vida, mas está ainda bastante em posse da razão para poder perguntar a si mesmo se não será talvez contrário ao dever para consigo mesmo atentar contra a própria vida” (Kant, BA 53, 2007, p. 60). A questão que se deve testar racionalmente aqui é se a máxima de atentar contra a vida viria e poderia vir a tornar-se uma lei universal.

Segundo Kant, trata-se da pergunta acerca da razão lógica pela busca do suicídio, isto é, não seria uma contradição da natureza, pergunta-se ele, que o mesmo sentimento que suscitaria

a conservação da vida viria a fomentar sua própria destruição? Logo, se a máxima do *amor de si mesmo* não pode vir a tornar-se uma lei universal, então o suicídio, ainda que a vida apresente dificuldades e seja tediosa, não é aceito moralmente. “Por conseguinte aquela máxima não poderia de forma alguma dar-se como lei universal da natureza, e portanto é absolutamente contrária ao princípio supremo de todo o dever” (Kant, BA 53, 2007, p. 60). Segundo Wood (2017, p. 43), o apelo ao impulso do *amor de si mesmo* como razão para o seu suicídio, o mesmo não pode ser feito consistente para um sistema da natureza. Por sua vez, na obra, *Metafísica dos costumes*, mais especificamente na “Doutrina da virtude”, ao argumentar sobre o suicídio, Kant lembra que o primeiro dever perfeito de todo ser humano para consigo mesmo “é preservar-se a si mesmo em sua natureza animal” e que “o oposto disso é a morte física voluntária ou matar a si mesmo (*autochiria*), que pode ser concebido ou como total suicídio (*suicidium*) ou apenas parcial, a mutilação de si mesmo” (Kant, 2008, p. 263). No que diz respeito ao suicídio, Kant (2008, p. 264) afirma:

O suicídio é crime (assassinio). Pode ser considerado também como uma violação de nosso dever com outros seres humanos (o dever mútuo entre marido e mulher, dos pais em relação a seus filhos, de um súdito em relação à autoridade ou aos seus concidadãos, e finalmente, mesmo uma violação do dever relativamente a Deus, como nosso abandono do posto que nos foi destinado ao mundo por ele sem termos sido chamados a deixá-lo). Mas uma vez que a questão discutida aqui é somente uma violação do dever para consigo mesmo, a questão é, se eu colocar de lado todas essas relações, um ser humano ainda permanecerá obrigado a preservar sua vida simplesmente em virtude de sua qualidade de pessoa e se tem ele que reconhecer nisso um dever (e realmente um estrito dever) para consigo mesmo.

Percebe-se que Kant (2008, p. 264) rechaça a tese estoica de que o suicídio seria uma prerrogativa do ser humano, mais especificamente do sábio, que decide “[...] deixar a vida segundo o seu critério com serenidade de alma, livre da pressão de males presentes e antecipados, pelo fato de não poder ser mais útil na vida”. Nessa perspectiva, nessa mesma obra, ele explicita, ainda mais contundentemente: “Um ser humano não pode renunciar à sua personalidade enquanto for um sujeito do dever e, por conseguinte, enquanto viver [...]” (Kant, 2008, p. 264). Ele precisa preservar-se enquanto tal e não pode erradicar de si sua condição de ser moral autônomo. “Consequentemente, dispor de si mesmo como um mero meio para algum fim discricionário é rebaixar a humanidade na própria pessoa (*homo noumenon*), à qual o ser humano (*homo phenomenon*) foi, todavia, confiado para preservação” (Kant, 2008, p. 264). Para o autor, em contraposição ao pensamento estoico, a coragem daquele que demonstra não ter medo da morte não é nada comparada à coragem daquele que decide não destruir-se a si

mesmo, a ponto de não se privar da vida (Kant, 2008, p. 264). Relevante é tecer a consideração de que, para Kant, o suicídio consiste na intenção de autodestruição, exigindo-lhe dolo e, justamente por isso, traduz-se em um ato a ser moralmente reprovado.

Na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, em sua segunda secção, Kant, ao discutir, por assim dizer, a segunda formulação do imperativo categórico, a saber, a fórmula da humanidade como fim em si mesmo, traz novamente o exemplo da reprovação moral do suicídio. É importante lembrar a tese central da referida formulação. Trata-se do ser racional como fim em si mesmo. “[...] o homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, *existe* como fim em si mesmo, *não só como meio* para o uso arbitrário desta ou daquela vontade” (Kant, BA 64, 2007, p. 68). O ser humano realiza-se enquanto capaz de escolher racionalmente, realizando, assim, a própria humanidade que está representada nele. Com outras palavras, a humanidade é o poder de escolha racional, mas somente quando a escolha é totalmente é que a humanidade se realiza enquanto tal (Korsgaard, 1996, p. 123). Afirma-se categoricamente que o ser racional não pode ser concebido e utilizado como meio simplesmente. Segundo Wood, o fundamento da obediência ao imperativo categórico deve estar conectado necessariamente com o conceito de uma vontade racional e validade equânime para todos os seres racionais. Precisa, por isso, ser um fim objetivo antes que subjetivo. Tal fim precisa existir não como efeito de ações, mas como um valor absoluto (Wood, 2017, p. 09). Está em questão a adesão a um fim objetivo e necessário antes que um fim subjetivo e contingente, isto é, um fim válido para todo ser racional e, aqui, no caso, para toda a humanidade (Guyer, 2007, p. 87). Nesse sentido, ao sublinhar o valor incondicional da humanidade enquanto tal, ele quer acentuar a inviolabilidade da liberdade de cada um no exercício de sua humanidade e no respeito dela em cada ser racional (Guyer, 2007, p. 92). Sublinha-se: “Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado *simultaneamente como fim*” (Kant, BA 64-65, 2007, p. 68). Assim sendo, os seres racionais são seres com fim em si mesmos e nunca podem agir como se fossem simplesmente meios, mas sempre e simultaneamente fins em si mesmos. Acentua categoricamente Kant (BA 66, 2007, p. 69):

Se, pois, deve haver um princípio prático supremo e um imperativo categórico no que respeita à vontade humana, então tem de ser tal que, da representação daquilo que é necessariamente um fim para toda a gente, porque é *fim em si mesmo*, faça um princípio *objetivo* da vontade, que possa por conseguinte servir de lei prática universal. O fundamento deste princípio é: *A natureza racional existe como fim em si*. É assim que o homem se representa necessariamente a sua própria existência; e, neste

sentido, este princípio é um princípio *subjectivo* das acções humana. Mas é também assim que qualquer outro ser racional se representa a sua existência, em virtude exactamente do mesmo princípio racional que é válido também para mim; é portanto simultaneamente um princípio *objectivo*, do qual como princípio prático supremo se têm de poder derivar todas as leis da vontade.

Cientes, por conseguinte, da tese kantiana de ter de assumir-se categoricamente a natureza racional com fim em si mesma, ele, em seguida à afirmação supra, explicita a formulação da humanidade como fim em si mesma da seguinte forma: “*Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente com fim e nunca simplesmente como meio*” (Kant, BA66-67, 2007, p. 69). À luz dessa afirmação, ao passar para a análise dos exemplos, tomando em consideração aqui o exemplo do suicídio, Kant não hesita em corroborar e fixar a tese da reprovação moral do suicídio. Tratando-se, aqui, do dever perfeito para consigo mesmo, não é possível aceitar que a pessoa pudesse tomar o suicídio como máxima universalizável. O suicídio não pode estar em conformidade com a ideia da *humanidade como fim em si mesma*, uma vez que o suicida estaria tomando a pessoa em si mesma como meio e não como fim em si mesma. “Mas o homem não é uma coisa; não é portanto um objeto que possa ser utilizado *simplesmente* como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas acções como fim em si mesmo” (Kant, BA 69, 2007, p. 70). Nesse sentido, segundo a tese kantiana, o ser humano não pode absolutamente tomar a si mesmo enquanto humanidade em sua pessoa para mutilá-la, degradar ou matar.

De acordo com Kant, a autopreservação consiste em um dever para cada ser racional, não sendo conferida, moralmente, a ele o poder de decidir pela sua vida e pela sua morte. Esse poder de escolha e, por conseguinte, esse direito não foi delegado ao ser racional, sendo, por isso, o suicídio moralmente reprovável. Em que possa pesar a justificativa religiosa sobre tal posicionamento moral, os argumentos-pilares de sua rejeição ao suicídio são eminentemente morais. Para ele o suicídio é sempre um ato irracional, contraditório e imoral por violar um dever para consigo mesmo, de modo que não pode ser universalizado absolutamente. Na *Crítica da razão prática*, Kant (76, 2002, p. 70-71) afirma:

Do mesmo modo a máxima que adoto acerca da livre disposição sobre minha vida é imediatamente determinada, se me pergunto como ela teria de ser para que uma natureza se mantenha segundo uma lei da mesma. Em uma tal natureza obviamente ninguém poderia **arbitrariamente** pôr fim à sua vida, pois tal disposição não constituiria nenhuma ordem natural duradoura, e o mesmo se daria em todos os demais casos. Ora, na natureza efetiva, do modo como ela é um objeto da experiência, a vontade livre não é porém, determinada espontaneamente àquelas máximas que por si

mesma pudessem fundar uma natureza segundo leis universais, ou que também por si conviessem a uma natureza ordenada de acordo com elas; muito antes, são inclinações privadas que em verdade constituem um todo natural segundo leis patológicas (físicas) mas não uma natureza que unicamente fosse possível mediante nossa vontade segundo leis práticas puras. Não obstante, pela razão somos conscientes de uma lei à qual todas as máximas são submetidas, como se uma ordem natural tivesse que surgir ao mesmo tempo de nossa vontade. Logo, essa lei tem que ser a ideia de uma natureza não dada empiricamente e, contudo, possível pela liberdade, por conseguinte de uma natureza suprassensível à qual conferimos realidade objetiva pelo menos numa perspectiva prática, porque enquanto entes racionais puros a consideramos objeto de nossa vontade.

Na “Doutrina da virtude”, Kant apresenta a doutrina dos deveres, dividindo-os em deveres perfeitos e imperfeitos. É importante lembrar que os deveres perfeitos envolvem obrigações estritas passíveis de sanção (deveres jurídicos) enquanto que os deveres imperfeitos envolvem obrigações latas (deveres éticos) e sua observância é discricionária. O filósofo alemão apresenta também o rol de deveres para consigo mesmo (perfeitos) e dos deveres para com outros seres humanos (imperfeitos); os deveres para consigo mesmo subdividem-se em negativos limitativos e positivos ampliativos (Kant, 2008, I, §5, p. 263). O dever de autopreservação está entre os deveres consigo mesmo positivos ampliativos, de modo que lutar contra o suicídio consiste em um dever perfeito, estrito e não admite exceções (Kant, 2008, I, §6, p. 263). Ainda na “Doutrina da virtude”, pode-se verificar que o suicídio, além de uma violação a um dever perfeito e estrito para consigo mesmo, consiste tanto em uma transgressão ao dever para com outros seres humanos (particularmente familiares e amigos que são diretamente impactados), como também, por assim dizer, representar uma violação contra o dever relativo a Deus, ou seja, o suicídio é considerado, enfim, um assassinato moral.

Pode-se afirmar que a decisão de cometer suicídio revela a influência do impulso instintivo e não de uma vontade autônoma legisladora capaz de dar-se a lei moral de ação e do dever de tratar-se a si mesmo como fim e não meramente como meio. Em Kant, a autonomia consiste na propriedade que permite ao ser humano ser autor de sua própria conduta. A autonomia da vontade kantiana se mostra independente dos impulsos sensíveis e é compreendida como o núcleo da dignidade humana. Sendo assim, o princípio da autonomia impõe que a máxima a ser escolhida possa tornar-se uma lei universal. Destarte, o suicídio além de contradizer o propósito da natureza dos seres racionais de autopreservação, degrada a humanidade e a autonomia da pessoa, uma vez que a autonomia consiste, em última análise, no fundamento da dignidade humana e de toda a natureza racional. Em Kant, a dignidade está vinculada à ideia de autonomia como uma característica

intrínseca e inalienável dos seres racionais e não mais ao *status* social ou submissa aos dogmas religiosos. Assim, o respeito pela autonomia é o próprio respeito pela dignidade, uma vez que o ser humano ser tratado enquanto fim em si mesmo é o enunciado básico para a tutela da autodeterminação.

Por fim, lembra-se que, para Kant, uma máxima de ação é considerada justa somente se ela puder coexistir com a liberdade de todos os outros seres humanos, em consonância e em condição de tornar-se uma lei universal de modo que se possa assumir o imperativo categórico: “*age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*” (Kant, BA 51, 2007, p. 59). Em Kant, a autonomia fundamenta a moralidade, mas não prescinde desta. De modo que, para ele, ainda que o suicida tenha o direito ao exercício de sua autonomia, ao destruir sua vida, ele desrespeita e destrói a humanidade que há em si, tornando, por conseguinte, o suicídio um ato reprovável bem longe do abrigo da lei moral por não passar pelos critérios morais kantianos da necessidade e da universalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi exposto, verificam-se dois olhares distintos e importantes acerca do suicídio. Kant e os estoicos apresentam pensamentos completamente divergentes acerca da moralidade do suicídio e que consistem, sobretudo, na compreensão do exercício da autonomia. Fica-se bastante convencido de que Kant expressa uma posição de rejeição dogmática ao suicídio. Destarte, se para os estoicos o suicídio consiste em uma via de libertação, sendo considerado um ato de coragem e até mesmo heroico, para Kant, o suicídio significa exatamente o oposto, ou seja, um ato covarde e pouco corajoso diante da vida, o que o torna altamente reprovável. No que concerne ao suicídio, Kant demonstra que este não pode se revestir do manto da moralidade porque afronta diretamente a lei moral, não passando pelo filtro do imperativo categórico por violar a fórmula da universalidade (porquanto sua máxima não poder ser universalizada), a fórmula da humanidade (pois o sujeito de trata como meio e não devidamente como fim) e a fórmula da autonomia (porque a liberdade não pode ir contra o processo de universalização da máxima em lei moral), de modo que, em Kant, o suicídio é moralmente reprovado.

Tendo em vista a riqueza do pensamento kantiano, pode-se afirmar que o tema do suicídio e suas implicações e repercussões, seja em suas outras obras não trabalhadas neste

texto, seja em seus leitores e intérpretes, está ainda muito longe de se findar e de esgotar as discussões. Em todo caso, por este momento, dá-se por satisfação assumir, sobretudo, nestas obras referidas, a tese de que o suicídio, em Kant, arranharia os princípios da necessidade e da universalidade. Logo, pode-se sublinhar que em Kant o suicídio está fora de cogitação em ser moralmente aceito, já que atingiria o âmago da moralidade, isto é, a humanidade como fim em si mesma e em sua dignidade enquanto tal.

Enfim, ainda que o propósito não tenha sido o de simplesmente apontar para a direção positiva ou negativa da deliberação e decisão moral, o que se quis, em última análise, foi apresentar e defender argumentos na direção de ser imprescindível trazer à tona a discussão sobre tais questões, uma vez que o suicídio, por sim ou por não, tem sido uma prática recorrente de pessoas de todas as idades. Urge discutir as causas e as consequências de atitudes e práticas suicidas e, também, evidentemente, homicidas. Não é possível deixar tais questões no limbo e fazer de conta que elas se resolverão de forma mágica e independente de reflexão e discussão nos espaços possíveis e propícios para tais questionamentos e enfrentamentos. Há um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS

AURELIO, Marco. **Meditações**. Tradução de Alexandre Pires Vieira. São Paulo: Editora Montecristo, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Anualmente, mais de 700 mil pessoas cometem suicídio, segundo OMS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/anualmente-mais-de-700-mil-pessoas-cometem-suicidio-segundo-oms>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **10/09 – Dia mundial de prevenção do suicídio**. Brasília, DF, Biblioteca Virtual em Saúde, Ministério da Saúde, [201-?]. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/10-9-dia-mundial-de-prevencao-do-suicidio/>. Acesso em: 29 maio 2024.

CRITCHLEY, Simon. **The book of dead philosophers**. New York, EUA: Editora Vintage Book S. A., 2009.

EPITETO. **O Encheiridion de Epicteto**. Tradução de Aldo Dinucci e Alfredo Julien. Aracaju: Editora São Cristóvão, 2012.

GUYER, Paul. **Kant's groundwork for the metaphysics of morals: a reader's guide**. New York: Continuum, 2007.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. 2. ed. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KER, James. **The deaths of Seneca**. New York: Oxford University Press, 2009.

KORSGAARD, Christine M. **Creating the kingdom of ends**. New York: Cambridge University Press, 1996.

NÚMERO de suicídios no Brasil e no mundo é preocupante, diz psiquiatra. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818779-numero-de-suicidios-no-brasil-e-no-mundo-e-preocupante-diz-psiquiatra>. Acesso em: 14 maio 2024.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Cartas a Lucílio**. 2. ed. Tradução de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Da vida feliz**. Tradução de João Carlos Cabral Mendonça. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Sobre a brevidade da vida**. Tradução, introdução e notas de William Li. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

TASCA, Mariana Goron. **A boa morte nas Cartas a Lucílio de Sêneca**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **O estoicismo romano. Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

WOOD, Allen. **Formulas of the moral law: elements in the philosophy of Immanuel Kant**. New York: Cambridge University Press, 2017.